



Número: **0810842-19.2017.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **06/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DIEGO DIAS MOREIRA (AUTOR)		WELLINGTON NÓBREGA VILAR (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (REU)		MARTINHO CUNHA MELO FILHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
84141 27	24/06/2017 10:37	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
84141 28	24/06/2017 10:37	<a href="#">DIEGO DIAS (1)</a>	Outros Documentos
85378 67	03/07/2017 21:48	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
85553 56	04/07/2017 14:00	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
89450 46	31/07/2017 10:53	<a href="#">Petição</a>	Petição
10434 490	27/10/2017 22:27	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
10505 388	30/10/2017 16:33	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
11757 799	14/12/2017 22:07	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
12895 547	05/03/2018 21:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
18701 123	18/01/2019 08:23	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
26658 423	29/11/2019 21:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29658 699	03/04/2020 13:52	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA- PARAÍBA**

**DIEGO DIAS MOREIRA**, brasileiro, solteiro, estudante, portador do CPF nº 710.191.964-24, residente e domiciliado na Rua Damasco, 14, Quarenta, Campina Grande-PB, CEP: 58416-110, não possui endereço eletrônico, por seus advogados que ao final assinam, constituído legalmente nos termos do Instrumento de Procuração, com endereço profissional à com endereço profissional à Rua João Luiz Ribeiro de Moraes, 66, Centro, João Pessoa-PB, vêm à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos art. 5.º, V, X, da *Constituição Federal de 1988*, e demais legislações pertinentes, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, em face **MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A**, empresa seguradora com sede na Capital do Estado da Paraíba, na **Av.: Epitácio Pessoa, nº 723, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB, CEP: 58.030-000**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, fazendo com base nos argumento fático-jurídico adiante delineados.

**I - DOS FATOS E DO DIREITO**

1. No dia 09/11/2014, a parte autora foi vítima de acidente automobilístico, onde sofreu **FRATURA DOS OSSOS DA PERNA DIREITA E FERIMENTO E CONTUSÕES EM PÉ DIREITO** o que acarretou nas seguintes debilidades permanentes: **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO COM COMPROMETIMENTO DA FUNÇÃO DA MARCHA**, conforme se verifica através de documentação anexa (V. docs);
2. A parte promovente, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à extinta FENASEG, atual Seguradora Líder e, após submeter-se a procedimento demasiadamente burocrático, inclusive com realização de perícia por médico indicado pela Seguradora reguladora do sinistro, tendo recebido o valor infimo de **R\$ 4.725,00 (Quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)**, valor este muito aquém do estabelecido em Lei. Sendo assim não restou outra alternativa a promovente senão buscar a tutela jurisdicional, afim de garantir o que é seu por direito;
3. Vale salientar, excelência, que a parte demandante só recebeu o benefício muito tempo depois do prazo previsto em lei, qual seja: o de 30(trinta) dias, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei 6.194/1974, *in verbis*:



“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1ª. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entre dos seguintes documentos:”

## II – QUANTO A AUSÊNCIA DO LAUDO DO IML

4. Douro julgador, a ausência do laudo do IML não obsta a comprovação do direito da Autora, o qual poderá ser verificado no curso do processo, por qualquer outro meio admitido em Direito, nos termos dos arts. 369 e 370, do Novo Código Processo Civil:

**“Art. 369 As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.**

**Art. 370 Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.”**

5. Desse modo, verifica-se que o Juiz não está diretamente ligado a uma prova específica, no caso o laudo do IML, ao contrário, caberá ao juízo a determinação de provas que tenham o condão de formar a justeza do magistrado, a análise da pretensão deduzida pelo Autor não pode ser afastada.

6. Nesse sentido, segue a jurisprudência pátria, *in verbis*:

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA E LAUDO DO IML. AUSÊNCIA. JUNTADA COM A INICIAL. DESNECESSIDADE. SUBSTITUIÇÃO POR OUTRO MEIO DE PROVA ADMITIDO EM DIREITO. POSSIBILIDADE.

I - A petição inicial preenche os requisitos estabelecidos no parágrafo único do art. 295 do CPC, não havendo se falar em inépcia.

**II - O boletim de ocorrência e o laudo emitido pelo Instituto Médico Legal não são documentos essenciais para a propositura da ação objetivando o recebimento de indenização decorrente de evento coberto pelo seguro DPVAT, podendo ser substituído por outro meio de prova admitido em Direito, inclusive prova produzida no curso do processo.**

(...)



IV - Negou-se provimento ao apelo da ré. Deu-se parcial provimento ao recurso do autor.

(20100111546057APC, Relator JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, 6ª Turma Cível, julgado em 07/12/2011, DJ 15/12/2011 p. 157) – grifei;

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. COBRANÇA. DESPACHO QUE DETERMINA A EMENDA DA INICIAL. LAUDO DO IML. DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ALEGADA INCAPACIDADE PERMANENTE E DO ACIDENTE POR OUTROS MEIOS. CASSAÇÃO DA SENTENÇA QUE INDEFERIU A INICIAL.

**1. O exame de corpo de delito não constitui documento indispensável à propositura da ação em que se postula o recebimento do seguro obrigatório - DPVAT, motivo pelo qual a sua ausência não enseja o indeferimento da inicial com esteio no art. 267, I e IV, e 284, parágrafo único, do CPC, sobretudo quando a petição inicial vem instruída com documentos que têm pertinência com a causa de pedir e o pedido formulado pela autora.**

(...)

3. Recurso provido. Sentença cassada.

(20100111548464APC, Relator ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, 4ª Turma Cível, julgado em 31/08/2011, DJ 21/10/2011 p. 157) – grifei;

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. NULIDADE DA SENTENÇA. PRELIMINARES REJEITADAS. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. QUITAÇÃO PARCIAL. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ OU DEBILIDADE PERMANENTE. SENTENÇA REFORMADA.

**1 - O laudo emitido pelo IML não é documento necessário para a propositura da ação cujo pedido seja o pagamento da indenização decorrente de evento coberto pelo seguro DPVAT, e sim meio de prova que pode ser substituído por outro admitido em Direito.**

(...)

Apelação Cível provida.

(20070110977784APC, Relator ANGELO PASSARELI, 5ª Turma Cível, julgado em 27/07/2011, DJ 29/07/2011 p. 139) – grifei.

7. Assim, a ausência do laudo do IML não é capaz de afastar a pretensão da parte autora, já que não é documento essencial para a propositura da ação objetivando o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT.

### III - DO VALOR RECEBIDO A MENOR

8. Vale registrar, Excelência, o que preconiza a legislação aplicável à espécie, mais especificamente a contida no art. 3º da Lei nº 11.482/2007, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não., *in verbis*:



"Art.3º.Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I- R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;

II- até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III-até R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais)- como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas".

9. Por outro lado, Douto Julgador, a promovida como só não bastasse descumprir a legislação ao pagar indenização em quantia inferior ao devido por lei, pratica ato ilícito também ao de forma demasiadamente burocrático exigir documentos desnecessários ao deslinde da questão, em total violação ao disposto no §1º do art. 5º da Lei 6.194/1974, *in verbis*:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

**§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30(trinta) dias da entre dos seguintes documentos:”**

10. Desta feita, Douto Juiz, a parte demandante, manejando o seu jus postulanti, direito garantido a qualquer cidadão brasileiro, previsto na Lei Maior, Constituição Federal, vem buscar a tutela jurídica do Poder Judiciário para obter o que é seu de direito.

#### **IV - DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**



11. Prescreve o inciso VIII do art. 6º do CDC:

“Art. 6º. São direitos básicos do consumidor:

I - omissis...

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;”

12. Desse dispositivo depreende-se que havendo hipossuficiência do consumidor, é direito básico seu a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova;

13. Assim, requer, desde já, a concessão do benefício da inversão do ônus da prova, a fim de que a promovida seja compelida a apresentar o processo administrativo referente ao seguro obrigatório - DPVAT, caso haja, vez que toda documentação fica retida com a seguradora.

## V - DO PEDIDO

Assim, com fulcro na Lei 6.194/74 alterada parcialmente pela Lei 8.441/92, nos art. 186, 927 do CCB, no art. 6º, VI e VIII do CDC, no art. 161, § 1º do CTN, Resolução da SUSEP, requer:

1. **que defira o requerimento de inversão do ônus probandi, em face da hipossuficiência da parte promotente;**

2. **que a audiência de conciliação prevista no artigo 334 do NCPC, seja designada após a realização da perícia nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o Tribunal de Justiça da Paraíba, tendo em vista que as conciliações nas ações dessa natureza só ocorrem após a realização da perícia judicial;**

3. **a citação da Ré para oferecer resposta no prazo legal, nos termos do artigo 335;**

4. **A PROCEDÊNCIA TOTAL DA AÇÃO PARA QUE A EMPRESA SEGURADORA SEJA CONDENADA À PAGAR A QUANTIA QUE CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR LEGAL DE R\$ 9.450,00 (NOVE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS) E O MONTANTE PAGO ATÉ O**



**MOMENTO, VALOR ESTE ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA;**

5. que o valor da condenação seja devidamente acrescido de juros e correção monetária, como determina a Sumulas 43 e 54 do STJ, ou seja, a partir do evento danoso;
6. seja condenada a demanda em 20% referente a honorários advocatícios sobre o valor da condenação;
7. A concessão do benefício da justiça gratuita, tendo em vista que o(a) autor(a) não apresenta atualmente condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos da Lei de nº 1.060/50 e do artigo 98 do NCPC;
8. A produção de todos os meios de prova permitidos em direito, na amplitude dos artigos 369 e seguintes do NCPC, principalmente a juntada de documentos, **realização de perícia**, nos termos do convênio firmado entre a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT e o TJ/PB (convênio n. 015/2014), e etc;

Dando-se à causa o valor de R\$ 4.725,00 (Quatro mil setecentos e vinte e cinco reais).

João Pessoa, 24 de maio de 2016.

MARTINHO CUNHA MELO FILHO  
OAB/PB 11.086

LÍLIAN MARIA DUARTE SOUTO  
OAB/PB 11.490



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Diego Dias Moreira  
brasileiro(a), solteiro, solteiro, portador(a) do RG nº  
3947645-66/PB e CPF nº 710.391.964-24, residente e  
domiciliado(a) na Rua: Damaso, nº 24,  
Campina, Campina Grande - PB,  
CEP: 58416-00, pelo presente instrumento particular de procuração,  
nomeia e constitui seus procuradores:

**OUTORGADO:** Martinho Cunha Melo Filho, brasileiro, casado ADVOGADO inscrito  
na OAB/PB nº 11.086, Lilian Maria Duarte Souto, brasileira, solteira, ADVOGADA  
inscrita na OAB/PB 11.490, Houseman Rocha, brasileiro, solteiro, ADVOGADO inscrito  
na OAB/PB sob o nº 13.534, Wellington Nóbrega Vilar, brasileiro, casado,  
ADVOGADO, OAB/PB 15.024, todos estabelecidos na Rua: João Luiz Ribeiro de Moraes,  
nº 66, Centro, João Pessoa - PB.

a quem confere amplos poderes com a cláusula ad-judicia e extra-judicia para, como seus  
advogados, representar a outorgante perante toda e qualquer entidade pública ou privada,  
podendo representá-lo em qualquer juízo, instância ou tribunal, judicialmente ou extra  
judicialmente, com poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar  
compromissos ou acordos, receber citação inicial e ou intimações renunciar ao direito sobre  
que se funda a ação, receber e dar quitação, receber alvará em cartório, tudo precedido de  
expressa e escrita autorização do outorgante, dando tudo por bom, firme e valioso.

**DECLARAÇÃO:** (a)(s) outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as  
penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem  
prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária,  
indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º,  
da Lei 1.060 de 1950.

Campina Grande - PB, 23 de Outubro de 2015.

Diego Dias Moreira  
OUTORGANTE



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
 Receita Federal  
 Certificado de Registro Fiscal  
 CONSERVANTE DE INSCRIÇÃO  
 Número 770.191.961-24  
 Nome DIEGO DIAS MOREIRA  
 Nascimento 04/10/1997  
 SALDO GOMES E SOUZA EMPREENHADOR DE RESPONSABILIDADE

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
 Nº 3.917.648  
 DATA DE EMISSÃO 25/10/2010  
 Nome DIEGO DIAS MOREIRA  
 Filiação DANILAO MOREIRA DE LIMA  
 VAMBUZA DIAS DA SILVA  
 NATURALIDADE RIO DE JANEIRO-RJ  
 RASC.N.187506 FLS.4 LIV.1006-A  
 CPF CARTORIO RIO DE JANEIRO-RJ  
 DATA DE NASCIMENTO 04/10/1997

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DA PARÁIBA  
 SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
 DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
 p-234  
 Nome *Diego Dias Moreira*  
 CARTERA DE IDENTIDADE



VANILZA DIAS DA SILVA  
RUA ONAASCO, 14 - DOMINANTIA  
CAMPO NOVO/PAVÃO - RJ CEP 58415-120 (AG. 401)

Classificação: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO  
Ritmo: 16 - 401 - 864 - 3680  
Nº medidor: N1086184551

Referência: Set/2015  
Emissão: 28/09/2015

ENERGISA NOROESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
BR 290 - KM 158 - Açaí (subest.) - Tréfilina - Caramuru/PA - CEP 58405-700  
CNPJ (Nº 06.956.000/1-55) - Ins. Est. 16.000.836-1  
Nota Fiscal / Cont. de Energia Elétrica Nº 000 177 460  
Código para Débito Automático: 8039-98964-0

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesso: www.energis.com.br

01.01.8749 0890 0000 0035 até 0304 1610

Conta referente a

**CDC (Código do Consumidor): 4/159544-6**

Canal de contato

Set / 2015

Apresentação

- Redução do valor da bandeira vermelha em 18%, de R\$ 5,60 para R\$ 4,50 a cada 100 kWh consumidos conforme Resolução Normativa ANEEL 1.545/2015, vigente a partir de 01/08/2015

28/09/2015

Data prevista da próxima leitura

28/10/2015

CPF / CNPJ / RANI

73300410

Cálculo de consumo

73200410	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Faturas em atraso	Data	Leitura	Dia	Leitura	
	28/09/15	8306	28/09/15	8376	
				87	33
Demonstrativo					
FATURAS PRECATORIAS	Descrição	Quantidade		Preço	Valor (R\$)
O DIA 23/09/2015 PAGOS	Consumo e 100 kWh	87		0,40703	37,27
DEBORA	Adic. B. Vermelha				3,11
IMPOSTOS E ENCARGOS					
	PIS				3,78
	COFAS				3,51
	CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA				4,81
	ICMS (Base de Cálculo R\$ 48,20) Alíquota 25,00%				11,55

Histórico de Consumo (kWh)

Agô15	87
Jul15	59
Jun15	65
Mai15	61
Abr15	67
Mar15	59
Fev15	69
Jan15	79
Dez14	89
Nov14	68
Out14	86
Set14	52

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

05/10/2015

R\$ 51,11

Média dos últimos 12 meses  
63 kWh

Indicadores de Qualidade de Serviço - QRS

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
SICUREZAS	0,10	0,00	NONE
Q1: TRIMESTRAL	10,15		
Q2: ANUAL	20,30		
Q3: MENSAL	5,20	0,00	CONTRATADA
Q4: TRIMESTRAL	8,47		LIMITE INFERIOR
FECHA LIMITE	12,98		LIMITE SUPERIOR
Q5: QRS	2,88	0,00	
Q6: QRS	12,22		

Observações	Valor (R\$)	%
Servços de Orla de Fiação 90	18,38	20,31
Contribuição Energia	15,42	30,17
Geração Transmissão	0,77	1,51
Encargos Sociais	3,81	7,45
Impostos, Devidos e Encargos	20,73	40,58
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>61,11</b>	<b>100,00</b>

Valor de Encargos de Uso do Sistema de Distribuição  
(Art. 7º/2015) R\$ 6,22

ATENÇÃO



Assinado eletronicamente por: WELLINGTON NÓBREGA VILAR - 24/06/2017 10:36:45

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17062410362757200000008239148

Número do documento: 17062410362757200000008239148



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE QUEIMADAS  
Dr. Patrício Leal e Melo  
Rua Projetada, s/n - CEP: 58.475-000 - Queimadas - PB  
CNPJ: 08.778.208/0048-24

31/1

S

V

CI

SI

BI

CI

P/ Diego Dias Moreira

USO ENDOVENOSO

1) Tilatil 40mg ----- 03 amp.

Administrar via EV 1x1 dia,

diluído em AD

gamento assinada pelo

al

00

  
Dr. Patrício Leal e Melo  
Médico Pediatra - Cirurgião Geral  
CRM-PB 1478

DATA: 22/10/15

MÉDICO



**SINISTRO 3150002642 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA DIEGO DIAS MOREIRA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO DIEGO DIAS MOREIRA

CPF/CNPJ: 71019196424

Posição em 31-10-2015 16:54:50

Pagamento creditado conforme dados bancários informados na autorização de pagamento assinada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
16/03/2015	R\$ 4.725,00	R\$ 0,00	R\$ 4.725,00





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª Delegacia Regional da Polícia Civil  
10ª Seccional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Acidentes de C. Grande/PB  
Rua Raimundo Almeida de Araújo s/nº Bairro do Catolé-C Grande PB Fone-3310-3315



**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO.**

**DATA, HORA E LOCAL DO FATO:** 09.11.2014, às 21:30 hs. na rua- Gilberto Pereira, bairro da Liberdade, nesta cidade.

**DATA E HORA EM QUE A DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO:** 11.12.2014, às 09:15 hs.

**COMUNICANTE:** VANUZA DIAS DA SILVA, brasileira, solteira, do lar, com 40 anos de idade, nascida em 28.08.1973, natural de Campina Grande-PB, filha de Antonio Dias da Silva e de Antonia Maria da Silva, residente na Travessa Damasco,14, bairro Santa Rosa, nesta cidade, portador da Identidade de Nº1.456.675-SSP-PB. Fone- 8809-4218.

**VTIMA:** DIEGO DIAS MOREIRA, brasileiro, solteiro, estudante, com 17 anos de idade, nascido em 04.10.1997, natural de Rio de Janeiro-RJ, filho de Damião Moreira de Lima e de Vanuza Dias da Silva, residente na Travessa Damasco,14, bairro Santa Rosa, nesta cidade, portador da Identidade de Nº3.917.648-SSP-PB, Fone- 8809-4218.

**AS TESTEMUNHAS:** FRANCINEIDE FARIAS DE LIMA, brasileira, solteira, do lar, com 28 anos de idade, nascida em 04.09.1989, natural de Surubim-PE, filha de Jose Ferreira de Lima e de Francisca Maria de Farias, residente na rua- Goiânia,29, bairro das Cidades, nesta cidade, portador da Identidade de Nº3.626.352-SSP-PB. Fone- 8102-4453 e BRUNO MAIA DA SILVA, brasileiro, casado, pasteleiro, com 26 anos de idade, nascido em 02.01.1988, natural de Campina Grande-PB, filho de Afonso Maia da Silva e de Maria das Dores Silva, residente na rua- Risalva Nogueira de Carvalho,310.



bairro Secretão, nesta cidade, portador da Identidade de Nº3.415.879-SSP-PB. Fone 8893-5639.

INFRATOR: Não Há.

DA NARRATIVA DO FATO: Informa a comunicante que a vítima, que no dia, hora e local já descritos, ia na garupa de mototaxista de sinais não identificado, quando passavam pela rua Gilberto Pereira no bairro da Liberdade. O piloto de outra motocicleta de sinais não identificado avançou num cruzamento da cidade e o mototaxista foi livrar a outra moto, tendo a vítima caído ao solo e sofrido fratura de tornozelo do pé direito, sendo socorrida por populares e encaminhado ao do Hospital de Emergência e Trauma nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Compareceram os Policiais Militares do CPTIRAN, tendo sido elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito. Afirma a vítima não ter o desejo de Representar Criminalmente contra o condutor do veículo causador do acidente. O comunicante está ciente das penalidades previstas no art. 299 do Código Penal

DELEGADA: JOSEFA ALVES DE ASSIS.

COMUNICANTE/VÍTIMA: Glennys dos Santos

TESTEMUNHA: Francine dos Santos

TESTEMUNHA: Francine dos Santos

ESCRIVÃO: 162





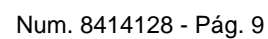
# 2025-26 Annual Report

[illegible]

Chengxiang de Sheng

[illegible]

ಪ್ರತಿಭಾವಂತರನ್ನು

[illegible]

# REQUISICÃO DE EXAMES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCTUROR

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA

PROF. DR. CARLOS ALBERTO DE LIMA



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Cível de Campina Grande**

**DESPACHO**

PJE n. 0810842-19.2017.8.15.0001

Vistos, etc.

**Intime-se a parte autora, através do seu advogado**, para que emende a petição inicial, juntando ao processo cópia legível dos documentos de Id 8414128 – pág. 8, 9 e 10, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.



Campina Grande, 3 de julho de 2017

***Audrey Kramy Araruna Gonçalves***

***Juíza de Direito***





**4ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0810842-19.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [SEGURO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

**Intime-se a parte autora, através do seu advogado**, para que emende a petição inicial, juntando ao processo cópia legível dos documentos de Id 8414128 – pág. 8, 9 e 10, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial.

Advogado: WELLINGTON NÓBREGA VILAR OAB: PB15024 Endereço: desconhecido Advogado: MARTINHO CUNHA MELO FILHO OAB: PB11086 Endereço: AV MANOEL MORAIS, 500, APTO 701, MANAÍRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58038-231

Campina Grande, em 4 de julho de 2017.

De ordem, JUSSARA DO CARMO LIMA CUNHA  
Mat.

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

XXXXXXXXXXXXXX



EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
CAMPINA GRANDE - PB

Processo número: 0810839-64.2017.815.0001

**DIEGO DIAS MOREIRA**, devidamente qualificado nos autos do processo em  
epígrafe, atendendo ao vosso despacho de fls., vem, respeitosamente, **requerer dilação do prazo por um  
período de 30 dias, haja vista não ter conseguido contactar com o cliente.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa – PB, 31 de julho de 2017.

MARTINHO CUNHA

OAB-PB 11.086







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**4ª Vara Cível de Campina Grande**

**DESPACHO**

PJE n. 0810842-19.2017.8.15.0001

Vistos, etc.

1. A parte autora ajuizou, em 24/05/2016, ação judicial contra o mesmo promovido, com a mesma causa de pedir e o mesmo pedido contido na presente ação, que tramitou perante a 8ª Vara Cível desta Comarca (processo nº 0824994-23.2016.815.0001).



2. Compulsando os sobreditos autos eletrônicos, verifica-se que houve homologação do pedido de desistência formulado pelo autor, em sentença prolatada em 26/07/2017, com trânsito em julgado em 02/10/2017.

3. Entretanto, em 24/06/2017, a parte autora promoveu ação idêntica, ignorando, contudo, a regra de distribuição por dependência prevista no art. 286, II do CPC, que assim dispõe:

*Art. 286. Serão distribuídos por dependência as causas de qualquer natureza:*

*II- quando, tendo sido extinto o processo sem resolução do mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.*

4. Sendo assim, chamo o feito à ordem e, com base nos artigos 42, 43 e 286, II, todos do CPC, **determino a remessa imediata dos presentes autos à 8ª Vara Cível desta Comarca**, a quem caberá o processamento e julgamento do feito até os seus ulteriores termos.

5. Intime-se a parte autora do teor desta decisão.

Campina Grande, 27 de outubro de 2017



***Audrey Kramy Araruna Gonçalves***

***Juíza de Direito***





**4ª Vara Cível de Campina Grande**

( )

Nº do processo: 0810842-19.2017.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Assunto(s): [SEGURO]

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda intimar da decisão de ID 10434490.

Advogado: WELLINGTON NÓBREGA VILAR OAB: PB15024 Endereço: desconhecido Advogado: MARTINHO CUNHA  
MELO FILHO OAB: PB11086 Endereço: AV MANOEL MORAIS, 500, APTO 701, MANAÍRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:  
58038-231

Campina Grande, em 30 de outubro de 2017.

De ordem, JUSSARA DO CARMO LIMA CUNHA  
Mat.

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

17102722272073600000010200080





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**COMARCA DE CAMPINA GRANDE**

**JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL**

Processo nº 0810842-19.2017.8.15.0001

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Analisando os autos, observa-se que o Juízo da 4ª Vara Cível desta Comarca redistribuiu o presente feito, com fundamento na norma inserta no art. 286, II, do CPC/2015, por entender que o Processo nº 0824994-23.2016.8.15.0001, contendo as mesmas partes, pedido e causa de pedir, e extinto sem resolução do mérito, tramitou nesta Unidade Judiciária.

Ocorre que o mencionado feito foi processado e julgado pelo Juízo da 8ª Vara Cível da **Comarca da Capital**.

Sendo assim, **devolvam-se** os autos à 4ª Vara Cível desta Comarca para a tomada de providências que entender cabíveis.

Cumpra-se.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

**LUA YMAOKA MARIZ MAIA PITANGA**

Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**COMARCA DE CAMPINA GRANDE**

**4ª. VARA CÍVEL**

PJE n. 0810842-19.2017.8.15.0001

Vistos, etc.

1. Compulsando os autos verifica-se que houve **erro material** na decisão de Id 10434490, uma vez que houve referência ao processo nº 0824994-23.2016.815.0001, pertencente à 8ª Vara Cível desta comarca, quando na verdade o correto seria “processo nº 0824994-23.2016.815.2001, pertencente à 8ª Vara Cível da Capital”.

2. Desta feita, **proceda a escrivania a remessa imediata dos presentes autos à 8ª Vara Cível da Capital**, a quem caberá o processamento e julgamento do feito até os ulteriores termos.



Campina Grande, 5 de março de 2018

***Audrey Kramy Araruna Gonçalves***

***Juíza de Direito***





Poder Judiciário da Paraíba  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0810842-19.2017.8.15.0001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**A s s u n t o :** [ S E G U R O ]  
**Polo ativo:** AUTOR: DIEGO DIAS MOREIRA  
**Polo passivo:** RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

### **CERTIDÃO**

Certifico que faço CONCLUSOS os autos. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 18 de janeiro de 2019  
WEZALY DE MEDEIROS MEIRA



0810842-19.2017.8.15.0001



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**8ª VARA CÍVEL DE JOÃO PESSOA**

0810842-19.2017.8.15.0001

**Vistos, etc**

Defiro o pedido de assistência judiciária.

1. CERTIFIQUE a escrivania a existência de outra ação idêntica a presente, envolvendo as mesmas partes, eventualmente distribuída para vara cível diversa;
2. Caso negativa a certidão, determino a citação da parte ré, com prazo de 15 dias, uma vez que a audiência de conciliação/medição prevista no art. 334, do CPC/2015 mostra-se inoportuna no presente caso.
3. Apresentada contestação, INTIME-SE para impugnar no prazo de 15 dias.

CUMPRASE.

João Pessoa, 29 de novembro de 2019.

**RENATA DA CÂMARA PIRES BELMONT**

Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0810842-19.2017.8.15.0001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ S E G U R O ]  
Polo ativo: AUTOR: DIEGO DIAS MOREIRA  
Polo passivo: RÉU: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

### CERTIDÃO

Certifico que existe uma ação idêntica, de nº 0824994-23.2016.8.15.2001, no entanto esta foi sentenciada, por pedido de desistência, sem julgamento do mérito. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 3 de abril de 2020  
WEZALY DE MEDEIROS MEIRA

